



“

Tenho leucemia, faço tratamento há três anos. Sou pescadora e sonho em voltar a pescar, mas agora eu e minha família vivemos com o salário do meu pai como caseiro (R\$ 700) e o auxílio da Samarco que meu marido recebe. Vou me cuidando como dá, mas cada ressonância é R\$ 800 e pelo SUS demora. Meu nome foi parar no SPC”

—
ARIANA LIMA
PESCADORA, 36

▄ Um mês depois do estouro da barragem da Samarco em Mariana, a pescadora Vanda Lopes, 43, tinha um freezer lotado de peixe, em Mascarenhas, Baixo Guandu, pescado antes do desastre. Quase dois mil quilos que tiveram que ser consumidos ou doados, porque ninguém comprou. Mas ainda sobrou alguma coisa lá. “Ficou de lembrança”, diz mostrando um peixe congelado. O que também ficou foi uma grande tristeza e tantos problemas que ela desenvolveu uma depressão. O estrago feito pela lama nas comunidades causou doenças psicológicas, criou alcoólatras e gerou dívidas.

Vanda agora toma remédios controlados e visita o psiquiatra. Por conta dos peixes que não conseguiu vender, não pôde arcar com uma dívida que se acumulou e hoje chega aos R\$ 7 mil. “Vendi o barco, um freezer e faço bicos. Mas não consigo pagar o que devo, o dinheiro não dá”, explica ela que também está recebendo o subsídio da Samarco.

A tristeza é tanta que ela até preferiu se mudar para mais longe do rio. “Morava de frente para o Doce. Agora não aguento nem ver, me dá um negócio tão ruim...”, desabafa.

Há três anos e meio, a pescadora Ariana Lima, 36, trata uma leucemia. Sem a pesca em Povoação, onde mora, ela e a família têm vivido com o dinheiro que o pai ganha como caseiro (R\$ 700) e do subsídio que o marido recebe da Samarco. Para tentar arranjar mais renda, ela vende coco, chup-chup e bombom quando tem dinheiro para comprar os ingredientes. Mas não teve jeito, seu nome foi parar no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Como ela faz para comprar os remédios e fazer os exames? “Cada ressonância é R\$ 800 e pelo SUS é uma eternidade es-

Depressão e dívidas vieram com a lama

Sem perspectivas de trabalho, moradores atingidos pela tragédia sofrem para retomar a vida

Carla Sá carla.sa@redegazeta.com.br

Raquel Lopes rflopes@redegazeta.com.br

Vilmara Fernandes vfernandes@redegazeta.com.br

EDSON CHAGAS



Luciana Souza, de Regência, diz que as pessoas na vila sentem falta de trabalhar, ser produtivas

perando. O dinheiro que tem eu uso para comer. Então, vou me cuidando como dá”, explica.

NADA PARA FAZER

Além das dívidas e do abatimento por saber que o rio foi destruído, a falta de atividade é outra coisa que está minando o emocional e o psicológico de muitos ribeirinhos.

Acostumados a serem ativos e a trabalharem duro, é muito complicado não poder colocar o pão na mesa e ficar o dia todo em casa. Mexe com o orgulho e a dignidade.

“O pescador recebe o dinheiro e faz o quê? Acaba gastando com bebida, porque não tem o que fazer e está triste. A gente é uma extensão do rio”, diz a técnica em enferma-

“

Ainda tenho peixe daquela época que não vendeu. Estou com depressão e tomando remédios por isso. Antes eu ganhava mais de R\$ 3 mil por mês e todo dia tinha dinheiro. Agora estou endividada. É uma tristeza muito grande, não tem trabalho, não tem onde ganhar dinheiro. Estou sem saber o que fazer, só posso esperar”

VANDA LOPES
PESCADORA, 43



gem e professora, 43, Luciana Souza, que vive em Regência, Linhares. “As pessoas sentem falta de trabalhar, não querem abrir mão de sua capacidade produtiva”, completa.

Em lugares como Povoação e Mascarenhas, há outro agravante. Não há opções de lazer e distração – lacuna que era preenchida pelo rio e mar. Fica muito difícil abstrair os problemas.

“As pessoas iam pescar e depois tomavam uma cervejinha normalmente, mas todos os dias iam para casa sabendo que no outro dia a rotina continuaria. Agora, passam mais tempo na rua e, consequentemente, consomem mais álcool. Tem gente que vem beber todo dia”, conta o dono de bar José Júlio Pereira, de Mascarenhas.

O Movimento Atingidos por Barragem (MAB) tem registrado o problema nas reuniões com as comunidades. “O álcool acaba sendo uma fuga para as pessoas que passaram a ficar sem nada para fazer. As reclamações estão partindo mais de esposas e filhos”, conta o militante do MAB Mikail Coser.

Ele explica que em cada região

“

O álcool acaba sendo uma fuga para as pessoas que passaram a ficar sem nada para fazer. As reclamações estão partindo mais de esposas e filhos”

MIKAIL COSER
MILITANTE DO MAB

há um problema diferente. “Os maiores casos de depressão estão acontecendo em Povoação e Regência. Já em Maria Ortiz (também comunidade pesqueira), em Colatina, e Mascarenhas, Baixo Guandu, a questão do alcoolismo e a violência doméstica são assuntos mais recorrentes”, aponta.

Essas pessoas precisam de ajuda, e não é um subsídio que vai resolver isso. “O auxílio que houve foi muito imediato. Houve muito voluntário de fora e mídia nessas comunidades. Mas ninguém pensou nos efeitos a longo prazo”, explica Rebecca Fagundes, que é presidente da comissão de emergências e desastres do Conselho Regional de Psicologia do Estado.

“Foi um corte brusco na realidade deles. Imagine alguém que pesca há 30 anos e, de repente, não tem o que fazer. Tudo isso gera o alcoolismo, a depressão, a melancolia”, detalha.

ASSALTOS

Outra situação que aconteceu nos últimos meses em Regência e não era comum foram dois assaltos à mão armada.

“Entraram na casa de uma família, levaram a TV e o carro. Também roubaram os rapazes que ficam surfando na primeira entrada de Regência (uma saída direta para a praia)”, conta a presidente da Associação de Moradores de Regência, Lenita Teixeira. “Nunca teve assalto em Regência”, ressalta.

Ela diz que os crimes foram cometidos por gente de fora, que não é da comunidade. Outra questão é que, agora, as famílias precisam ir até o centro de Linhares sacar o dinheiro que recebem do auxílio da Samarco, porque não há caixa eletrônico que faça a operação na vila, e voltam com todo dinheiro. “Isso atrai. Até a nossa segurança ficou prejudicada”, lamenta.

EDSON CHAGAS



Sem movimento

Antes muito movimentado, o mercado de Elisangela Carvalho Oliveira, 45 anos, em Regência, agora vive vazio. Os produtos estão vencendo sem comprador. “É o dia todo parado”, lamenta.

EDSON CHAGAS



Redes ressecadas

O material de pesca de Décio Gonçalves, 72, está estragando sem uso. “A gente vivia nesse rio de manhã, tarde e noite. Agora não vou mais lá, desgostei.”

ANÁLISE

“É um luto não reconhecido”

“O conceito de luto não envolve apenas processos relacionados à morte. O luto acontece após qualquer perda significativa para a pessoa, a família e comunidade. Pode acontecer após a perda da função social, quando entra na categoria de luto não reconhecido. São muitos provedores de família, uma representação social importante perante os outros. São pessoas que aprenderam o ofício ou herdaram de família e ficaram impossibilitadas de executar suas funções. É uma perda sociológica, da cultura, da tradição, e isso também pode ter efeito significativo na saúde física e emocional. Além do luto, está envolvida a questão do trauma. Não há tempo determinado para o fim do processo de luto. A resposta a uma perda é individual e singular. E há dificuldades que ainda podem ser desenvolvidas com o tempo, sendo desencadeadas em eventos de estresse posteriores.”

DANIELA REIS
PSICÓLOGA ESPECIALISTA EM LUTO

Peixes em extinção

PF diz que 98 tipos de peixe morreram asfixiados com a lama, e aves sofreram sem alimentos



MAIS DE 29 MIL CARÇAÇAS DE PEIXES FORAM RECOLHIDAS DEPOIS DO DESASTRE. PESQUISADOR DA ONG SOS MATA ATLÂNTICA (DESTAQUE) RECOLHE AMOSTRAS DE ÁGUA PARA TESTES DE TURBIDEZ DO RIO

Um relatório da Polícia Federal mostra, um ano depois da tragédia, os efeitos devastadores que a lama da barragem da Samarco ainda continua provocando em toda a extensão do Rio Doce. Em vários pontos o rio está muito sujo, com a turbidez extremamente elevada, o que já provocou a morte de 98 espécies de peixe, sendo que 13 dessas espécies só vivem no Rio Doce, e 11 delas já estavam em risco de extinção. As informações foram obtidas com exclusividade pela TV Gazeta e exibidas ontem em reportagem do Fantástico.

Os animais morreram asfixiados. “Eles praticamente não têm área livre da brânquia para respirar. A brânquia dele é como se fosse pra gente os nossos pulmões. Normalmente, é um vermelho róseo. Bem vivo”, explica o perito da PF Rodrigo Ribeiro Mayrink. Mais de 29 mil carcaças de peixes foram recolhidas depois que a lama passou. Os investigadores eram os únicos com acesso ao epicentro do desastre. Eles coletaram amostras com um helicóptero do Corpo de Bombeiros.

Mas a lama não matou só peixes. Ela tirou a vida de andorinhas-do-mar, que não conseguiam mais encontrar peixes na

água porque a lama escureceu o mar da praia da Regência. Com isso, as andorinhas não encontraram mais o alimento. “Nós fizemos exames de necropsia nesses animais e percebemos que todos estavam de estômago vazio. Resumidamente, morreram de fome”, afirma o perito.

Os laudos da PF também mostram muitos estragos na vegetação. Uma área de 1.176 hectares foi destruída ao longo do rio. Desse total, 46% serviam para a criação de animais, 43% eram

“*Nós podíamos vir aqui antes do acidente nadar, pescar, dar essa água para o gado, para a galinha. Para a produção de alimentos. Isso a gente ainda não pode fazer*”

MALU RIBEIRO
ONG SOS MATA ATLÂNTICA

Mata Atlântica, com vegetação nativa da região. “O impacto foi muito severo e vai demorar anos para ser completamente recuperado”, revela o perito.

ÁGUA

A reportagem do Fantástico acompanhou também a expedição da ONG SOS Mata Atlântica para mostrar a qualidade do rio um ano depois. Os especialistas medem a quantidade de oxigênio e a turbidez, ou transparência, da água. Há locais que o oxigênio é zero, segundo Malu Ribeiro, coordenadora da entidade.

Em relação à turbidez, quanto mais partículas sólidas, maior o nível de turbidez. A legislação ambiental permite um índice de até 100 partículas por litro. Acima disso, a água está imprópria para qualquer uso. No ano passado, um mês depois da tragédia dos 16 pontos visitados, 14 foram considerados impróprios para uso direto, sem tratamento. Este ano, de 17 pontos visitados, 14 ainda não podem ser usados, segundo os pesquisadores. Em Barra longa, em Minas Gerais, está o ponto com maior nível de turbidez atualmente. Está quase 50 vezes acima do que a legislação permite. “Nós podíamos vir aqui antes do aci-

dente nadar, pescar, dar essa água para o gado, para a galinha. Para a produção de alimentos. Isso a gente ainda não pode fazer”, afirma Malu Ribeiro.

Na cidade de Rio Doce, também em Minas, a turbidez atual está 38 vezes acima do permitido. Mas na época do desastre os números eram alarmantes, cerca de 8 mil vezes maior que o aceitável. Esse trecho até a usina Risoleta Neves foi o mais devastado pela lama, segundo os laudos da Polícia Federal que ajudaram na denúncia contra os responsáveis pelo crime. (Com informações de Mário Bonella)

CONTINUA

▼ Leia amanhã

Obra provisória de captação em Baixo Guandu permanece um ano depois. Em Colatina e Linhares, prefeituras planejam captação alternativa.

▼ www.gazetaonline.com.br

Confira mais relatos de afetados pela lama e veja vídeos do distrito de Bento Rodrigues um ano após o rompimento da barragem.

Preocupação com as chuvas

O final da expedição da ONG SOS Mata Atlântica foi na praia de Regência, no Norte do Espírito Santo, onde o Rio Doce encontra o mar. A preocupação dos pesquisadores é de que a lama, com os rejeitos que estão nas encostas, volte a chegar em Regência caso comece a chover muito. “Toda aquela lama voltará a chegar aqui, e o que está no fundo do rio, com a correnteza, vai levantar novamente”, diz Malu Ribeiro, coordenadora da ONG.

A Fundação Renova, criada pela Samarco e suas controladoras para conduzir as ações de recuperação, diz que está preparada para esse cenário. “Muito provavelmente vai haver aumento de turbidez da água com o período de chuva. O que foi feito é um plano de emergência para garantir que a qualidade da água pra consumo humano esteja absolutamente assegurada”, diz o presidente da fundação Roberto Waack. Já a Samarco frisa que está “empreendendo esforços para realizar planos de retenção de rejeitos e de recuperação ambiental”.